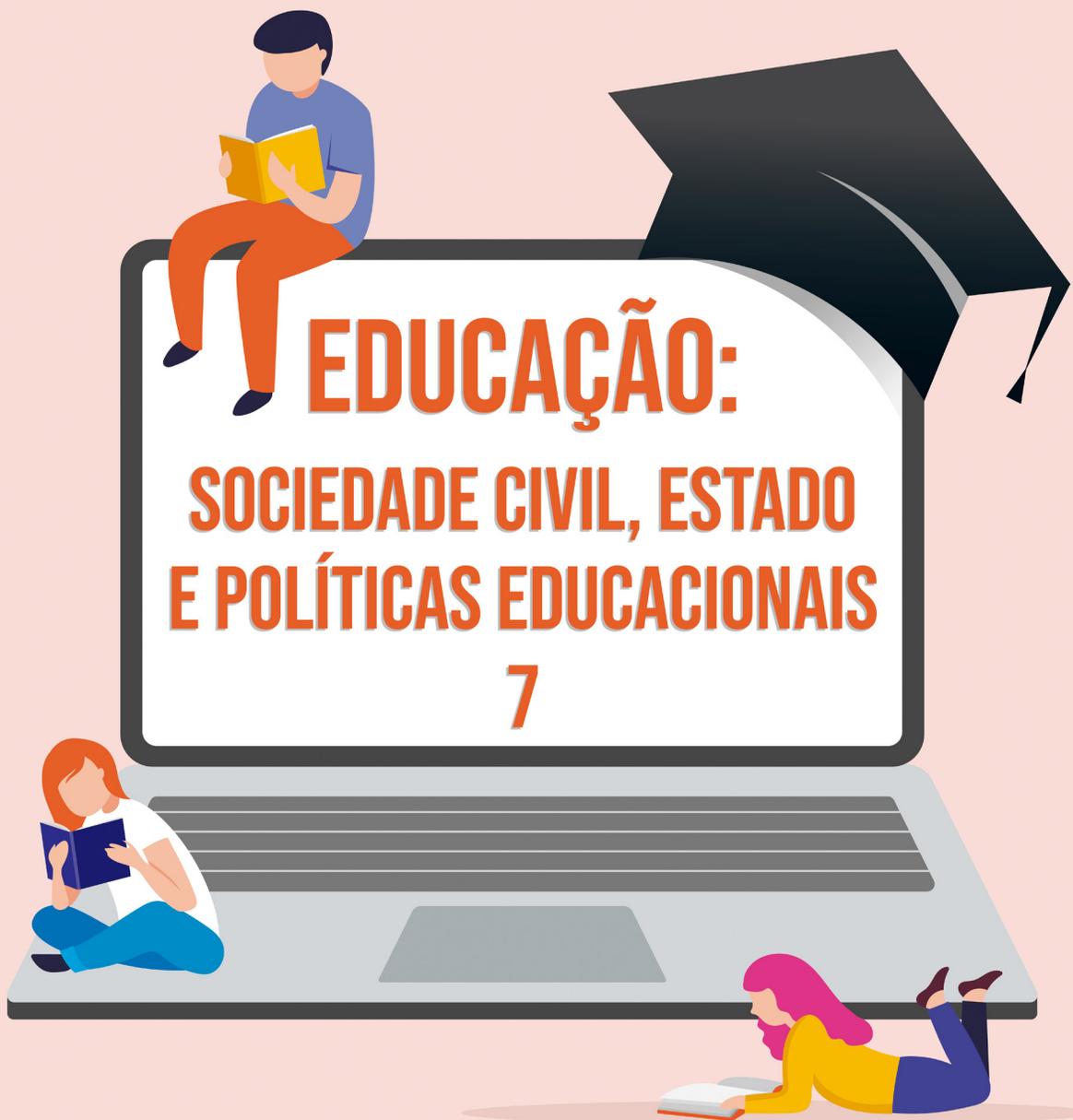


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



EDUCAÇÃO:
SOCIEDADE CIVIL, ESTADO
E POLÍTICAS EDUCACIONAIS
7



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: sociedade civil, estado e políticas educacionais 7
/ Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-774-1

DOI 10.22533/at.ed.741212701

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a repensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021 e com a recente aprovação do uso emergencial das vacinas no Brasil, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Esse movimento sistemático de olhar para as diversas problemáticas postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto da crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade, portanto, é um desafio, aceito por muitas professoras e professores pesquisadores brasileiros, como os compõe esse livro.

Destarte, as discussões empreendidas nesta obra, “**Educação: Sociedade Civil, Estado e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re)pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Reúne-se aqui, portanto, um conjunto de textos originados de autores e autoras de diferentes estados brasileiros e países.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestras, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem

os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO REMOTO: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Iraneide Nascimento dos Santos

Isabela Nascimento dos Santos

Priscilla Vasconcelos Aguiar

Danielle Alessandra Souza de Holanda Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.7412127011

CAPÍTULO 2..... 12

INTERFACES DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE MUDANÇAS CONSTANTES

Evandro Roque Rojahn

Júlio César Pinheiro do Nascimento

Roney Ricardo Cozzer

Samuel Cândido Henrique

DOI 10.22533/at.ed.7412127012

CAPÍTULO 3..... 24

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E VALORIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Maria da Conceição de Moura Silva

Viviani Fernanda Hojas

Renata Cristina Lopes Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7412127013

CAPÍTULO 4..... 38

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO NA VISÃO DE DOCENTES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Maurilio José Pereira

Adriana Leônidas de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7412127014

CAPÍTULO 5..... 55

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Wanessa Costa dos Santos

Camila Braga da Conceição

Raianny Oliveira da Silva

Nágila Alves da Silva

Elizete Cambraia Oliveira

Juliene Abreu da Silva

Jucilene Márcia Rameiro de Araújo Cruz

Maria do Carmo dos Santos Silva Ramos

Tatiane da Conceição Silva

Aurineia Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7412127015

CAPÍTULO 6	64
AÇÕES EDUCADORAS ARTICULADAS EM AUTOGESTÃO: DOS VÍNCULOS AOS COLETIVOS DE UMA ESCOLA WALDORF	
Tereza de Magalhães Bredariol	
Rayanne Suim Francisco	
Alexandra Cleopatre Tsallis	
DOI 10.22533/at.ed.7412127016	
CAPÍTULO 7	76
A CONSTRUÇÃO DE CORDÉIS PEDAGÓGICOS: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO EM EVIDÊNCIA PARA PROFESSORES DA CEEJA ATRAVÉS DO PICP	
Marilza Sales Costa	
Maria Luzia do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7412127017	
CAPÍTULO 8	90
GAMES EDUCATIVOS: DIFERENTES FERRAMENTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	
Gislaine Beretta	
Tatiane Beretta	
Bruna de Oliveira Bortolini	
Juliano Bitencourt Campos	
DOI 10.22533/at.ed.7412127018	
CAPÍTULO 9	103
AS POLÍTICAS CURRICULARES CONTEMPORÂNEAS E A (RE)ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elane Luís Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7412127019	
CAPÍTULO 10	121
APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO SEGUNDO VIGOTSKI: POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Denis Correa Ferminio	
Thaise de Oliveira	
Vidalcir Ortigara	
Vânia Vitória	
DOI 10.22533/at.ed.74121270110	
CAPÍTULO 11	132
O USO DO LÚDICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Vanessa Cordeiro Hermogenio	
Jocitiel Dias da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.74121270111	
CAPÍTULO 12	143
A INFÂNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA LEI 9.394/1996 EM	

ALCÂNTARA – MA

Ricardo Costa de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.74121270112

CAPÍTULO 13..... 154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA CRIAÇÃO DO *CAMPUS* DA UECE NO SERTÃO DOS INHAMUNS

João Álcimo Viana Lima

DOI 10.22533/at.ed.74121270113

CAPÍTULO 14..... 166

DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vania Fernandes e Silva

Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Letícia Cunha Reis

DOI 10.22533/at.ed.74121270114

CAPÍTULO 15..... 172

“VELHO” E *NOVO MAIS EDUCAÇÃO*: AJUSTES NA FUNÇÃO DA ESCOLA AFEITOS AO CAPITAL?

Saraa César Mól

Cosme Leonardo Almeida Maciel

Ana Maria Clementino Jesus e Silva

Flávia Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.74121270115

CAPÍTULO 16..... 184

PROPOSTAS DE INSTRUMENTOS MEDIACIONAIS PARA FOMENTAR A QUALIDADE DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE SALA DE AULA VIRTUAL

Fernanda Maria Furst Signori

Alexsandro Barreto Gois

DOI 10.22533/at.ed.74121270116

CAPÍTULO 17..... 193

SOBRE SINCRONIAS, ENCONTROS E AFETOS – O MUNDO ENQUANTO SALA DE AULA ou A SALA DE AULA É O MUNDO

Angela Zamora Cilento

DOI 10.22533/at.ed.74121270117

CAPÍTULO 18..... 209

O USO DO CINEMA EM SALA DE AULA: UM DEBATE NECESSÁRIO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E NO TRABALHO DOCENTE

Douglas Soares Freitas

Manoel Messias Rodrigues Lopes

Suely dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.74121270118

CAPÍTULO 19	225
LET'S SING FOR A MULTICULTURAL EDUCATION Juan Rafael Muñoz Muñoz Javier González Martín DOI 10.22533/at.ed.74121270119	
CAPÍTULO 20	235
OFICINAS DE REFLEXÃO E ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS: INSTRUMENTOS DE PESQUISA NA ABORDAGEM QUALITATIVA NO ÂMBITO EDUCACIONAL Rosimeire Ferreira Diniz DOI 10.22533/at.ed.74121270120	
CAPÍTULO 21	244
RECURSOS DIDÁTICOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DE CONCEITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA Givaedina Moreira de Souza Cintia Dias de Mattos Toyoshima Maria Irene dos Anjos Souza da Silva Américo Junior Nunes da Silva Ana Maria Porto do Nascimento DOI 10.22533/at.ed.74121270121	
SOBRE O ORGANIZADOR	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

CAPÍTULO 12

A INFÂNCIA NEGRA E QUILOMBOLA NA PERSPECTIVA DA LEI 9.394/1996 EM ALCÂNTARA – MA

Data de aceite: 22/01/2021

Data de submissão: 30/11/2020

Ricardo Costa de Sousa

Pós-doutorando em Educação (UNOESC)

Joaçaba – SC

<http://lattes.cnpq.br/1114035420386099>

Este texto foi apresentado no 22º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), na cidade de Bagé, nas dependências da UNIPAMPA, entre os dias 05 a 07 de outubro de 2016. Para esta publicação foi realizada a revisão do texto, com acréscimos de informações e supressões. Tal procedimento permitiu, assim, qualificar o texto e atender aos critérios da editora.

RESUMO: Este texto objetiva discutir “A infância negra e quilombola na perspectiva da Lei 9.394/1996 em Alcântara – MA”. O problema reside na inserção tardia da temática racial na LDB 9.394/1996. O escrito está dividido em duas partes, na primeira trata-se dos aspectos históricos de Alcântara e a emergência dos estudos da infância e, o segundo, do quilombo como espaço de construção do conhecimento da infância negra e quilombola. O texto se insere no campo da História da Educação, sob inspiração dos pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, de interesse, também, para o campo das Políticas Educacionais. Encer-se o texto afirmando que, apesar da inserção tardia da temática racial na LDB 9.394/96, as lutas continuam para sua efetivação com a Lei

10.639/2003.

PALAVRAS-CHAVE: Alcântara. Infância negra e quilombola. LDB 9.394/96.

ABSTRACT: This text aims to discuss “The black and quilombola childhood from the perspective of Law 9.394/ 1996 in Alcântara - MA”. The problem lies in the late insertion of the racial theme in LDB 9.394/ 1996. The writing is divided into two parts, the first deals with the historical aspects of Alcântara and the emergence of childhood studies, and the second, deals with the quilombo as a space for the construction of knowledge of black and quilombola childhood. The text is inserted in the field of History of Education, inspired by the theoretical and methodological assumptions of Cultural History, of interest, also, to the field of Educational Policies. The text concludes by stating that, despite the late insertion of the racial theme in LDB 9.394 / 96, the combat continues for its effectiveness with the law 10.639 / 2003.

KEYWORDS: Alcântara. Black and quilombola childhood. LDB 9.394/96.

INTRODUÇÃO

A temática racial na educação é símbolo de luta para sua efetivação e, ao mesmo tempo de resistência. Nesse sentido, discutir “A infância negra e quilombola na perspectiva da Lei 9.394/1996 em Alcântara – MA” é uma luta e resistência cotidiana que merece atenção no campo das políticas educacionais.

Para essa discussão, tomou-se como

aporte a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) somando-se as atuais alterações na redação e inclusões, bem como, a construção de políticas educacionais que versam sobre uma educação antirracista. Dessa forma, a temática se configura num estudo significativo e de relevância social e educacional, situado no campo da História da Educação, sob os pressupostos teóricos e metodológicos da História Cultural, pois emerge a necessidade de dar visibilidade a infância negra e quilombola de Alcântara (MA).

Para o primeiro objetivo, trata-se dos aspectos históricos de Alcântara e a emergência dos estudos da infância negra quilombola, pretende-se, apresentar elementos que tomem como princípio, contextos que somados, explicitam a necessidade de conhecer o território no qual está inserida a infância negra e quilombola. Dado que, os estudos sobre a infância, especialmente a infância negra e quilombola merecem maior atenção, isso porque essa discussão ainda são incipientes no campo da História da Educação, apesar de estudos que vem sendo realizados por pesquisadores engajados na militância, em especial do Movimento Negro que reivindicam uma educação que valorize e reconheça as práticas culturais e históricas em territórios quilombolas.

No segundo objetivo, trata-se do quilombo enquanto espaço de construção do conhecimento da infância negra e quilombola na perspectiva da LDB 9.394/96. Os quilombos enquanto espaço de construção e manutenção das tradições de descendentes dos povos africanos são patrimônios que educam e que são ressignificados por suas práticas sociais. Nesse sentido, esses elementos são objeto de reivindicações do Movimento Negro para a inserção da temática racial na LDB 9.394/96 que, mesmo tardiamente, a lei assegura determinações para a implementação de uma educação antirracista.

Para o delineamento metodológico, tomou-se os cadernos de registros, fruto de observações realizadas em sala de aula e de encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Alcântara; questionários aplicados a cinco professores das Comunidades Quilombolas; o conteúdo da LDB 9.394/96 (dentre outros), bem como, de um referencial bibliográfico que trata do alargado e ainda incipiente campo da História da Educação que toma a infância negra e quilombola sob inspiração da História Cultural e, de interesse também, para o campo das políticas educacionais.

ASPECTOS HISTÓRICOS DE ALCÂNTARA E O ESTUDOS DA INFÂNCIA

As Comunidades Quilombolas geralmente estão situadas em um tempo passado, caracterizados pelo contexto histórico, geográfico, social, econômico, cultural e religioso. Estas populações, muitas vezes são excluídas de estratégias e políticas de visibilidade, reconhecimento e de luta pelo direito a saúde, a terra, e principalmente, à educação. Nesse sentido, pretende-se abordar o contexto no qual estão imersas a infância negra e quilombolas do município de Alcântara (MA).

O município de Alcântara está localizado na região da Baixada Ocidental

Maranhense. O IBGE (2010) informa que Alcântara está situada na Mesorregião do Norte Maranhense na Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense. Essa organização facilita aos municípios serem assistidos pelos planos de desenvolvimento do Governo Estadual.

A cidade de Alcântara tem uma área de 1.495,6 km² que permeia entre uma concentração hídrica, tendo o mar, praias, rios, igarapés como destaque, além de uma fauna e flora peculiares da região. Ornada de uma vegetação que varia entre florestas do tipo amazônico, cerrado, e semiárido com destaque ao extrativismo, principalmente do babaçu, quase em extinção (IBGE, 2010).

Alcântara foi constituída, de um lado, pela originária presença de indígenas tapuias, e, por outro, pela diáspora africana, grupos étnicos escravizados para serviços de produção da cana-de-açúcar, algodão e de trabalho nas salinas que ganharam o mundo europeu, através da exportação, facilitada pela navegação marítima. No entanto, Alcântara viveu sua decadência econômica com o fim da exportação do algodão, do açúcar e, principalmente, com a libertação de escravos (SOUSA, 2014; VIVEIROS, 1999).

Em Alcântara ainda se registra a presença da aristocracia portuguesa, nas artes visualizadas nos sobrados e casarões com azulejos, de cunho religioso através de congregações de padres e freiras que prestaram serviços de catequização, saúde e educação nas terras de tapuias, e, culturais como a Festa do Divino Espírito Santo que ocorre há mais de duzentos e dez anos.

Os casarões marcam os diversos espaços para serem visitados. Construídos no período colonial, apontam a expressividade da contribuição dos povos africanos na arquitetura urbana e rural da cidade (SOUSA, 2014). O Museu Histórico e Artístico de Alcântara, o Museu Casa Histórica de Alcântara e o Museu Casa do Divino Espírito Santo refletem esses espaços de visitação, casas que pertenceram à aristocracia alcantareense, atualmente, preservadas desde seu arranjo arquitetônico até os pequenos utensílios.

Com relação ao Museu da Aeronáutica (Centro de Cultura Aeroespacial), representa um espaço de tensões entre os quilombolas e os militares, pois, apesar de ser um espaço destinado a transmitir uma mensagem que aborde sobre a importância desse grande empreendimento tecnológico, atinge sobremaneira os remanescentes de quilombos devido aos deslocamentos compulsórios para construção e ampliação da Base de Lançamento de foguetes (CLÍMACO, 1983; SOUSA, 2014; CHOIRY, 2000).

O Movimento dos Atingidos pela Base (MAB), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) alertam a população alcantareense sobre os impactos que causariam a construção, na década de 1980 e a ampliação, no século XXI, do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) abordando sobre as transformações do espaço social de Alcântara, do deslocamento compulsório de outras famílias, bem como das formas de viver e está na comunidade (CLÍMACO, 2014; SOUSA, 2014).

O autossustento das populações negras e quilombolas é baseado na produção de mandioca, milho, arroz, feijão, na pesca de peixes, camarões e outros mariscos, na criação de gado bovino (de corte e de leite), e a de suíno que é destinada ao autoconsumo. Também faz parte da economia das Comunidades Quilombolas as Casas de Forno nas quais se processa a fabricação da farinha como a da mandioca. Com relação à economia, o comércio é intenso, pois abastece uma boa parte das Comunidades ou Povoados. Já a indústria, embora tímida, tem como base movelarias e confecções de roupas. Porém, a maioria das soluções para a saúde e comércio é realizada na capital do estado, São Luís (CARVALHO, 2014; CLÍMACO, 2014).

Ao trata sobre os espaços de visitação, queremos dizer que, o município lega uma vasta referência ao turismo para pessoas de várias localidades, sejam nacionais ou internacionais, assegurando a sobrevivência da historicidade projetada desde o processo de escravidão de africanos, dos tempos áureos do algodão, à decadência de Alcântara. Neste contexto, esta população traz uma variedade cultural rica, e para tanto, a cidade busca na construção de suas identidades a elaboração das culturas que emanam da contribuição dos povos indígenas, africanos e seus descendentes (CARVALHO, 2014; SOUSA, 2014).

Os templos religiosos, construídos no município, como a Capela Nossa Senhora das Mercês, Capela Nossa Senhora do Desterro e o Convento das Mercês são espaços de manifestações de fé e de sociabilidades. Cabe registrar, também, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em meados do século XVII pelos escravos, tendo como santos de devoção São Benedito, o santo preto, adotado pelos escravos como benfeitor. Em honra a São Benedito acontece no mês de agosto celebrações eucarísticas, ladainhas católicas, apresentação de cantores e o Tambor de Crioula como a mais forte manifestação de origem africana, e São Raimundo, outro santo de devoção comum das comunidades negras (VIVEIROS, 1999). Essa riqueza histórica de Alcântara lhes concedeu o título de Patrimônio Histórico Nacional em 1948.

O contexto de Alcântara sugere, dessa forma, a emergência dos estudos sobre a infância negra e quilombola. Para esse intento, cabe registrar que o Movimento Negro teve um papel significativo na sociedade escravista e pós-escravista no que se refere ao abandono que foi relegada a população negra, em destaque, aqui, a infância negra e quilombola que tomou para si a tarefa de educar e escolarizar crianças, jovens e adultos. “Contrariamente ao que se suponha, a ação dos movimentos negros se constituía muito mais na autonomia do que na tutela. Pouco se esperava do Estado, porque se desconfiava dele” (GOLÇALVES; SILVA, 2000, p. 146). Essa situação fica evidente na atualidade, em que a população negra no Brasil está marcada por um conjunto de negações por parte do Estado no campo dos direitos sociais e educacionais.

Contudo, pesquisadores do campo da História da Educação vêm procurando nas últimas décadas aprofundar os estudos sobre a infância partindo de “novos objetos” de interesse. Mas, quais são esses “novos objetos”? Quais implicações para o campo?.

Segundo Galvão e Lopes (2010, p.54) “uma das principais dificuldades para fazer história da infância é a escassez de registros produzidos pelas crianças – elas quase não deixaram testemunhos escritos, pessoais ou coletivos”. Desse modo, os “novos objetos” seriam aqueles que, segundo Galvão e Lopes indicam (2010, p. 55) o “cotidiano e vestígio da ação de meninos e meninas – brinquedos, roupas, correspondências e registros sobre jogos e brincadeiras”, anotados no caderno de registro.

Ao correr os riscos que as conceitualizações impõem, mas, necessária para evidenciar o caminho teórico do olhares sobre a infância, tomou-se as contribuições de Pagni (2010, p. 100) que ressalta que “a origem etimológica da palavra infância é proveniente do latim *infantia*: do verbo *fari*, falar – especificamente, de seu particípio presente *fan*, falante – e de sua negação *in*”. A palavra infância, portanto, se refere à pessoa que ainda não é capaz de falar. Incapacidade esta que é atribuída à primeira infância. É importante escrever que a idade cronológica não é suficiente para caracterizar e/ou demarcar a infância.

Para Galvão e Lopes (2010, p. 55) “a infância não é simplesmente uma fase biológica, mas uma construção histórica e cultural – e, portanto, cívica e jurídica”. Essa afirmação fica evidente quando Khulmann Jr. (1998, p. 16) assegura que a “infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de *status* e de papel”. Assim, entende-se a infância como uma categoria analítica, fruto da construção social, pessoal e coletiva.

Segundo Sarmento (2007, p. 36) “a infância é, simultaneamente, uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo”. O excerto sugere pensar que, na última década, a infância deixou de ser tratada como um conceito singular, decorrendo então, a exigência de falar de infâncias e não de infância, reconhecendo a pluralidade de práticas culturais e de modos de vida que configuram a vida das crianças em diferentes contextos, sejam sociais, geográficos ou políticos.

Para Barbosa (2007, p. 1065) ressalta que “a pluralidade das infâncias precisa ser compreendida em sua conexão com a pluralidade de socializações humanas”, quer dizer, as “crianças, em variados tempos e espaços, viveram a sua experiência de infância de modos muito diferenciados”. Nesse sentido, as infâncias se manifestam nas mais variadas formas e em diversos contextos socioculturais, como a infância negra e quilombola de Alcântara.

O debate teórico apresentado propõe repensar o termo infância, dada a singularidade das infâncias negras e quilombolas, apesar de existirem correspondências, pois os territórios quilombolas são espaços de luta e resistência do povo negro. Nesse sentido, os Estados e Municípios devem garantir aos profissionais da Educação Infantil, formação inicial e continuada, de modo que proporcionando “estudos e pesquisas sobre a infância de maneira geral” e a infância negra e quilombola, no que tange aos costumes e brincadeiras (BRASIL. 2013, p. 449). A efetivação dessas orientações só serão, de fato concretizadas, a

partir de um olhar dirigido aos aspectos contextuais.

O QUILOMBO, A INFÂNCIA NEGRA E A LDB 9.394/96

A partir dos referenciais pesquisados, pode-se afirmar que o quilombo é um espaço territorial em que saberes são construídos e reproduzidos. Contudo, que território é esse no qual se situa a infância negra e quilombolas? e, porquê da emergência de uma política educacional específica? Para contextualizar, é necessário abordar que, nas décadas finais do período escravista, os quilombos foram chamados de “reduto de pretos”, terras de preto e mocambos, não diferente de outros estados brasileiros.

Atualmente, a Fundação Cultural Palmares, a Constituição Federal e outros órgãos utilizam a nomenclatura “Comunidades Remanescentes de Quilombos”, Para Munanga (1996, p. 60) “a palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação”. O termo escrito pelo autor contempla a magnitude do que são os quilombos, como um espaço marcador de um grupo étnico específico e de sua relação com a terra. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica “a terra [...] representa o sustento e é, ao mesmo tempo, um resgate da memória dos antepassados, onde realizam tradições, criam e recriam valores, lutam para garantir o direito de ser diferente sem ser desigual” (BRASIL, 2013, p. 419).

A terra representa, para os remanescentes de quilombos, em especial para a infância negra e quilombola, não só um território para viver, mas, também um território que é permeado de história de lutas, de resistências, de afirmação identitária, em que os saberes culturais ultrapassam os tempos, as gerações dos descendentes de escravos. Nesse sentido, “a construção da identidade e as diferentes formas de organização e luta (seja ela política, seja ela cotidiana) fazem parte da noção de pertencimento e laços grupais construídos pelos quilombolas”. Nessa perspectiva, as relações que a infância negra e quilombola estabelecem com seus pares, interferem significativamente na sua construção identitária, uma vez que o processo identitário é dinâmico (BRASIL, 2013, p.417). Reconhecer esse território quilombola, em que a infância negra é ativa, interpretam, agem, constroem e ressignificam o espaço vivido, permeado por complexas identidades que confronta o passado e o presente cotidianamente é, na verdade, valorizar o futuro de geracional das comunidades.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) reconhece os direitos do ser humano a uma educação não racista. Nesse sentido, merece destacar que a CF de 1988, no que diz respeito a um dos objetivos fundamentais descritos no Art. 3º inciso IV, constitui em “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Neste texto, a CF de 1988 marca a primeira referência à questão racial. Frente a essa inscrição, o MN empreendeu esforços para participação, discussão e elaboração de

propostas para a Constituição Federal de 1988, contudo, a população negra não conseguiu influir nos processos decisórios do conteúdo da lei.

Se as propostas do Movimento Negro sobre as questões raciais na CF de 1988 não foram atendidas, de igual modo ocorreu na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). A justificativa apresentada pela comissão é a de que consideraram desnecessário um tratamento específico para tratar dessa questão na CF de 1988 e na LDB 9.394/96, visto que, essa lei se configura por uma base nacional comum para a educação no país. Entretanto, entende-se que a CF de 1988 e a LDB 9.394/96 são documentos que possibilitam fundamentar e elaborar políticas educacionais que versem sobre as populações negras e quilombolas e, em especial para a infância negra e quilombola no município de Alcântara.

Apesar das negativas sobre a inserção da questão racial nos documentos mencionados, o Movimento Negro continuou firme em suas propostas. Como exemplo de conquista tem-se a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), na década de 90, que constitui um avanço significativo de reconhecimento e existência do racismo e da discriminação racial no Brasil.

Os esforços do Movimento Negro, em especial, de pesquisadores e intelectuais negros para o combate ao racismo nas escolas brasileiras continuaram produzindo frutos. Pois, a Lei 10.639/03, ao alterar a LDB 9.394/96, torna público a necessidade dos sistemas públicos e privados de todo o país reconhecerem que existe o preconceito racial nas escolas. Mesmo que Lei 10.639/03 tenha sido sancionada tardiamente, traz uma contribuição singular ao versar sobre a inserção dos conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar da educação básica, o que implica uma atenção a infância negra e quilombola de Alcântara.

A promulgação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira na educação básica de todo país exerce função singular no processo de desconstrução desse imaginário limitado, negativo e preconceituoso, para uma inversão positivada da identidade e de pertencimento da infância negra e quilombola em Alcântara. Assim, todas as crianças de até 5 anos de idade tem direito a frequentarem as creches e pré-escolas, é um direito social, conforme descrito na LDB 9.394/96 (BRASIL. 1996). Ao encontro da LDB 9.394/96 está a Resolução nº 5, do Conselho Nacional de Educação de 17 de dezembro de 2009, que escreve, no Art. 5º que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, devendo ser oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais de aprendizagem (BRASIL. 2009).

A infância negra e quilombola necessitam aparato legal para o seu desenvolvimento físico, afetivo e intelectual no espaço escolar. Neste mesmo documento, agora, no Art. 4º aponta que as propostas educativas da Educação Infantil devem considerar a criança como centro do planejamento curricular, isso porque ela é um sujeito de direitos, no brinca imaginando, criando, fantasiando, desejando, aprendendo, observando, experimentando,

narrando e questionando a sociedade e produzindo cultura (BRASIL. 2009). Para esse intento, é importante que na formação de professores, reconheçam os saberes históricos e culturais das comunidades quilombolas, pois é amparado sobre esses saberes que será possível construir uma proposta pedagógica para a educação da infância negra e quilombolas. Nesse sentido, a escola, deve assegurar “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL. 2010).

O que torna indispensável aos professores de Alcântara, formação para a efetivação desse direito, cumprindo, assim, o que determina o Art. 26 no parágrafo 4º da LDB 9.394/96 no qual diz que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL. 1996).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, aborda que a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de educação que compreende as escolas que estão dentro de um território quilombola ou atende alunos que são oriundos dela. Desse modo, é dever do poder público ofertar “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança”, o que vai ao encontro do que nos diz a LDB 9.394/96 no Art. 4º inciso X (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008) (BRASIL. 1996). Essa modalidade contribui e/ou possibilita para a infância negra e quilombolas o contato direto com as especificidades e particularidades históricas, sociais, culturais e econômicas da comunidade na qual a escola está inserida.

As discussões em fóruns e audiências públicas sobre a construção do Plano Municipal de Educação de Alcântara colocaram em debate a realidade e a necessidade de se abordar sobre as peculiaridades das comunidades quilombolas e, principalmente da infância negra e quilombolas. Participaram da construção do PME lideranças de movimentos sociais, membros de comunidades quilombolas e demais interessados pela inserção e implementação deste documento. A construção deste documento é uma conquista não somente do município, em sua maioria quilombolas, mas de todos os movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro do Brasil, pois, “a Educação Escolar Quilombola não pode ser pensada somente levando-se em conta os aspectos normativos, burocráticos e institucionais que acompanham a configuração das políticas educacionais” (BRASIL. 2013, p. 415).

Nesse sentido, a participação da comunidade quilombola é indispensável para a construção e elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, que se atente para as peculiaridades da infância negra e quilombola. A esse respeito, consta na Resolução n. 8, no Art. 31, que o Projeto Político-Pedagógico é a expressão da autonomia e da identidade escolar e, principalmente, da garantia ao direito a uma Educação Escolar Quilombola de qualidade, respeitando e atendendo às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas (BRASIL. 2012).

A Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, ao trata dos princípios da Educação Escolar Quilombola, traduzem a emergência de estudos sobre a infância negra e quilombola e, em especial, da emergência de políticas educacionais que atentem sobre a construção de escolas, a garantia de condições de acessibilidade, a garantia de formação inicial e continuada, a participação dos quilombolas nos processos político-pedagógicos, a implementação de um currículo aberto e flexível, a garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (BRASIL. 2012).

A educação quilombola é um processo amplo que inclui a família, a comunidade, a convivência nas relações de trabalho e com a terra, assim como as associações de trabalhadores negros e, também, as vivências nas escolas. Desse modo, a Educação Escolar Quilombola enquanto uma política educacional segue uma proposta política de um currículo construído com os quilombolas e para os quilombolas, baseado nos saberes culturais. Conforme a (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) LDB 9.394/96, Art 26, ao escrever sobre o currículos da educação infantil, aborda que, o mesmo deve ser comum a todos e deve “ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (BRASIL. 1996).

A esse respeito, Sousa (2013) diz que os professores são unânimes em afirmar a importância da reescrita de um currículo contemplativo que incorpore os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas como meio facilitador das práticas educativas. Assegura que a incorporação dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar oportuniza o fortalecimento tanto das identidades, como da autoafirmação e pertencimento da infância negra e quilombola. Nesta perspectiva a educação escolar quilombola contribui para o contato direto e indireto da infância negra e quilombola com as africanidades presentes na cultura quilombola. Isso porque, um currículo pluriétnico, contempla memórias, histórias, tornando o conhecimento mais sensível e mais significativo

Outra conquista importante é a inclusão da Lei nº 12.796, de 2013 que altera novamente a LDB 9.394/96 abrindo precedente no Art. 3º no qual diz que o ensino será ministrado com base no princípio da “diversidade étnico-racial”. Essa inserção garante o respeito da identidade étnico-racial da infância negra e quilombola em Alcântara. Consequentemente, a legislação educacional brasileira propõe que docentes atuem no enfrentamento das desigualdades que foram construídas historicamente. Para tanto, a institucionalização da Lei 10.639/2003, que altera a LDB permite a construção de ações e projetos mais contundentes para valorização da infância negra e quilombola.

A História da Educação não deve encarar as relações entre a infância negra e quilombola e a educação sob uma única perspectiva, por ser uma relação complexa, de procedimentos de inclusão e exclusão, de estranhamentos e de esquecimento, mas que também implicam mecanismos de inclusão, conquistas, resistências e lutas.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste texto, foi apresentado uma discussão a respeito da infância negra e quilombolas na perspectiva da LDB 9.394/1996, em Alcântara (MA), com atenção especial aos aspectos históricos de Alcântara. Pois, é a partir dos aspectos históricos que foi possível discutir a infância negra e quilombola. Nesse sentido, o contexto aponta para a necessidade da emergência e urgência dos estudos sobre a infância negra e quilombola, espaço de construção do conhecimento e de contato com suas africanidades.

A temática racial vem conquistando espaços na LDB 9.394/96 a partir de suas alterações, porém, de forma pontual, devendo operar de forma mais incisiva na construção de ações positivadas da autoestima da infância negra e quilombola no município de Alcântara. Nesse sentido, o Movimento Negro contribuiu significativamente para o reconhecimento e valorização das histórias de luta das populações negras.

Por fim, a pesquisa indicou que, mesmo com a inserção tardia sobre a questão racial na LDB 9.394/96, a mesma é considerada um avanço nas políticas educacionais brasileira. Isso porque, após sua alteração, a partir da Lei 10.639/2003, apresenta-se como outro fundamento legal para que as escolas discutam conteúdos referentes a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Tal aparato legal merece atenção por parte dos órgãos fiscalizadores para sua implementação, aqui, em especial, quando se toma como referência a infância negra e quilombola.

REFERÊNCIAS

IBGE (2010). **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em> <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210020&search=maranhaolalcantara>. Acesso em 22 de jun de 2020.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, Culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, nº 100, out. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**: institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, MEC, 2009.

CARVALHO, Herli de Sousa. Rodas de conversas: o que narram as crianças sobre escolas quilombolas no Maranhão. **Anais Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica (VI CIPA)**, 2014.

CHOAIRY, Antonio César Costa. **Alcântara vai para o espaço**: dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA, PROIN(CS), 2000.

CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. **Territórios e identidades nas Comunidades Remanescentes de Quilombos da Agrovila Peru no Município de Alcântara – MA**. Lajeado: Univates, 2014, 128 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – PPG em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates. Lajeado, 2014.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15. Set/Nov. 2000.

KHULMANN, Jr., M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural**: a pesquisa em História da Educação. São Paulo: Ática, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**. São Paulo. n. 28, Dez/ Fev, 1996.

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, Arte de governo pedagógica e cuidado de si. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS v. 35, n. 3, p. 99-123, set./dez., 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.). **Infância (in)visível**. Araraquara: J&M Martins, 2007.

SOUSA, Ricardo Costa de. **A contribuição do currículo escolar no fortalecimento de identidades na comunidade quilombola Itamatatua em Alcântara**. São Luís: UFMA, 2013, 65 f. Especialização (Monografia) Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. UFMA, São Luís, 2013.

SOUSA, Ricardo Costa de. **História da educação da população negra no município de Alcântara**. Porto Alegre: UFRGS, 2014, 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGEduc, FACED, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. – São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem qualitativa 38, 43, 174, 235, 236, 237

AEE 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62

Afetos 69, 193, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 208

Alcântara 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153

Alfabetização científica 166, 167, 168

Ambiente de aprendizagem virtual 184

Aprendizagem 1, 2, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 27, 31, 33, 56, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 76, 77, 81, 85, 87, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 114, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 167, 170, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 209, 210, 212, 214, 217, 219, 223, 239, 240, 241, 245, 246, 247

Aprendizagem matemática 132, 138

Atitude científica 166, 167, 168, 169, 170

Autogestão 64, 65, 66, 67, 70, 74

C

Capital cultural 209, 214, 221

CECITEC 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

CEEJA 76, 77, 78, 79, 86, 87, 88

Cidadania 41, 65, 79, 85, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 174, 195, 243

Cinema 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Coronavírus 1, 2, 5, 10

Covid-19 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 64, 70, 72, 135

Cultura 6, 7, 10, 15, 27, 42, 48, 53, 54, 69, 74, 80, 84, 85, 101, 104, 105, 112, 115, 116, 118, 119, 128, 139, 145, 149, 150, 151, 152, 157, 163, 168, 171, 177, 178, 185, 206, 209, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 241, 242, 251, 253

D

Desenvolvimento regional 38, 42, 47, 164

Docente 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 47, 49, 51, 52, 58, 60, 61, 76, 84, 87, 98, 101, 109, 111, 118, 130, 136, 140, 142, 170, 176, 181, 183, 195, 204, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 241, 253

E

Educação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 162, 164, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 191, 192, 193, 198, 199, 204, 206, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 235, 238, 242, 243, 247, 251, 252, 253

Educação em tempo integral 102, 172, 173, 182, 183

Educação especial 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 124, 130

Educação integral 89, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183

Educação matemática 54, 132, 138, 247, 253

Educação online 184, 185

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 62, 66, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 185, 188, 189, 190, 193, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 239, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 253

Ensino de ciências 84, 167

Ensino remoto emergencial 1, 3, 4, 10

Ensino técnico 38, 39, 40, 46, 47, 48, 50, 51, 52

Entrevistas 38, 44, 45, 154, 155, 235, 237, 238, 240

Escolas Waldorf 66, 73

Espaço compósito 193, 195, 203

Espinosa 23, 193, 194, 195, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208

Extensão 5, 76, 77, 78, 86, 88, 155, 158, 160, 165, 201, 202

F

Facilitador metodológico 132

Formação de professores 56, 61, 63, 78, 86, 105, 109, 111, 118, 123, 142, 150, 244, 246, 251, 252, 253

G

Games 90, 91, 92, 97, 99, 100, 101, 218

Governança 64, 65, 66, 71, 177

I

Inclusão escolar 57, 63, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130

Infância negra e quilombola 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Instrumentos lúdicos 132

Interação 5, 12, 16, 17, 28, 42, 88, 97, 99, 104, 115, 122, 127, 138, 150, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 216, 219, 226, 248

Interiorização universitária 154, 156, 161

L

LDB 9.394/96 85, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

Legislação educacional 24, 35, 36, 151

M

Mercado 18, 27, 35, 39, 42, 48, 84, 99, 103, 108, 109, 110, 112, 114, 116, 123, 177, 187, 214

Metodologia 3, 53, 54, 58, 63, 68, 80, 82, 90, 130, 135, 136, 140, 141, 167, 189, 209, 216, 235, 236, 239, 240

Metodologia científica 53, 235

Mobilidade acadêmica internacional 38, 40, 48, 51, 52

Mudança 5, 19, 31, 42, 72, 95, 111, 114, 118, 128, 175, 184, 191, 224, 241

Multicultural interaction 225, 227, 229, 230, 231, 232

Musical education 225, 227, 228

N

Nietzsche 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208

Nível de desenvolvimento atual 121, 129

O

Oficinas 70, 76, 235, 237, 239, 240, 241, 242

P

Pandemias 1, 3

PIBID 193, 194, 195, 204, 205, 206, 253

Políticas curriculares 103, 104, 113, 115, 116, 119

Políticas educacionais 6, 24, 25, 34, 35, 36, 38, 79, 109, 116, 119, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 172, 174, 180, 183, 209

Políticas públicas 9, 38, 76, 77, 86, 88, 103, 112, 113, 118, 119, 123, 153, 173, 175, 182, 210, 212, 251

Prática pedagógica 10, 68, 84, 103, 115, 137, 139, 140, 214

Processo dialético 184, 186, 189

Programa Mais Educação 172, 173, 174, 181, 182, 183

Programa Novo Mais Educação 172, 174, 178, 181, 182

R

Recursos didáticos 90, 91, 109, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Reformas 20, 35, 80, 103, 104, 113, 114, 115, 116, 118

Relacionamentos interpessoais 184, 188

Ressignificação de conceitos 244, 246

S

Song 225, 227, 228, 229, 230, 231

T

Teletrabalho 1, 2, 3, 4, 9, 10

U

UECE 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165

V

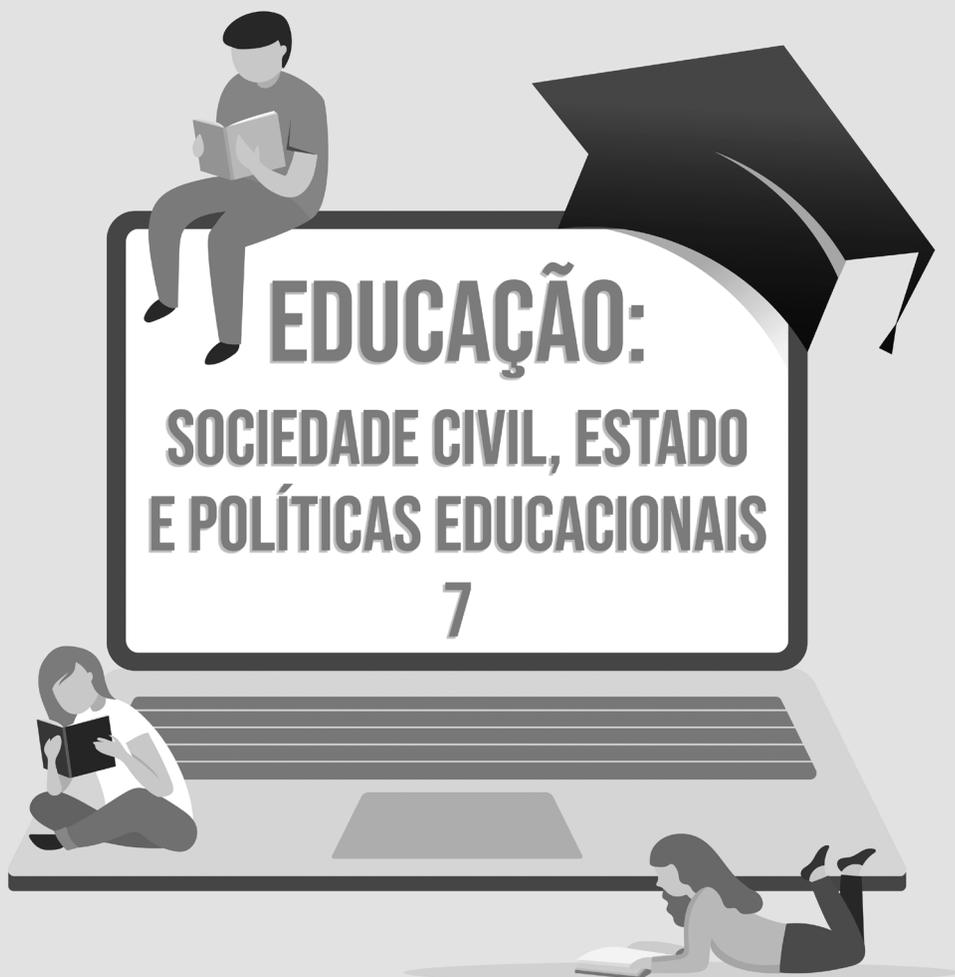
Valorização docente 24, 25, 26, 27, 30, 32, 34, 35, 36, 37

Values and emotions 225

Vínculos 64, 65, 69, 70, 71, 74, 189, 191

Z

Zona de desenvolvimento iminente 121, 122, 127, 129



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021